

ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

O território como um trunfo: os interesses eleitorais na criação de municípios

Idair Augusto Zinke

Resumo

Este artigo propõe tecer considerações sobre os processos emancipatórios de municípios pequenos no Centro-Sul do Paraná, destacando conflitos e interesses eleitorais observados em publicações do jornal *Esquema Oeste*, bem como a partir de dados disponíveis no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR). A leitura do território por esse viés revelou a formação de municípios pequenos em um jogo de interesses: por um lado, os da população que almejava o processo de desmembramento político-administrativo e, por outro, os fortes interesses eleitorais estabelecidos entre os deputados estaduais que representavam os processos junto à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que viram no discurso emancipacionista uma oportunidade de obter sucesso nos respectivos pleitos eleitorais, vislumbrando o território como um trunfo. Por fim, o texto vai ao encontro da tese defendida por muitos pesquisadores sobre a criação de municípios como vetor eleitoral, que, ao mesmo tempo, não desconstrói os múltiplos interesses sociais que permeiam a emancipação municipal e revelam a necessidade de cada vez maior de uma perspectiva relacional.

Palavras-chave: emancipações municipais; eleições; interesses políticos; território; oportunidade.

Abstract

This article makes some considerations about the emancipatory processes of small municipalities in the center-south region of Paraná, focusing on conflicts and electoral interests observed in publications of *Esquema Oeste* newspaper and based on data available at the Regional Electoral Court (TRE-PR). Interpretation of the territory by this bias revealed the formation of small municipalities in a game of interests: on the one hand, there is the population that desired the process of political-administrative dismemberment and, on the other, the strong electoral interests established among the

Sobre o autor

Idair Augusto Zinke é doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista Capes. É membro do Grupo de Pesquisa em Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (Gepes), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), e do Núcleo de Pesquisas em População e Território (NuPoTe), da UFPR. E-mail: idair_augusto.zinke@hotmail.com

state deputies that represent the processes before the Legislative Assembly of Paraná (ALEP), who saw in the emancipationist discourse an opportunity to obtain success in the respective electoral elections, seeing territory as an asset. Lastly, our results corroborate the theory defended by many researchers: the creation of municipalities as an electoral vector, but which, at the same time, does not deconstruct the multiple social interests that permeate municipal emancipation and that reveal the growing need for a relational perspective.

Keywords: municipal emancipations; elections; political interests; territory; opportunity.

Artigo recebido em 16 de maio de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 27 de maio de 2020.

Introdução

O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo, o território é o espaço político, o campo de ação dos trunfos.

Raffestin (1993, 59)

No texto *O significado do território*, Gottmann (1973) já destacava o território como oportunidade. Salienta-se que a abordagem em torno da oportunidade não se dá única e exclusivamente a partir do desenvolvimento em suas diversas facetas, mas se sobressai também como uma maneira de controlar o espaço, seus recursos naturais, humanos e culturais. Se encontramos na categoria território a melhor forma de investigar e desvendar as relações de poder que se estabelecem no espaço, é sem dúvidas a partir dela que iniciamos esta discussão.

Enquanto conceito, o território se apresenta à geografia e demais ciências humanas como uma das possíveis leituras do espaço e suas dinâmicas sociais. Sua definição nos leva a um espaço delimitado, seja de forma jurídica, promovida pelo próprio Estado, ou por relações sociais que se estabelecem no local, ou mesmo no lugar, onde o jogo de controle do espaço sempre é marcado por relações de poder entre grupos e indivíduos. Por isso, Raffestin (1993) diz que é essencial compreender que o espaço é anterior ao território, pois este só se forma a partir do espaço e se configura como o resultado de uma ação conduzida por um ator ou um grupo que, ao se apropriar de um espaço, o territorializa.

Nessa mesma perspectiva, Haesbaert e Limonad (2007, 42) situam que “os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem e, ao se aproximarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço, constroem o território, e são também por ele construídos”. Podemos então falar de territórios político-administrativos, e ainda de territórios de grandes empresas, territórios religiosos e territórios do crime, por exemplo – espaços que por relações de poder foram delimitados, sejam estas exercidas por grupos econômicos, culturais ou pelo próprio Estado, enquanto principal agente organizador do território.

Encarar o território como oportunidade, de acordo com Gottmann (1973), ou como um verdadeiro trunfo, como exemplificado por Raffestin (1993), nos leva a questionar, dentro deste trabalho, a maneira como atores políticos se apropriam dos recursos territoriais em processos emancipatórios de novos municípios. Em vista disso, “o poder visa o controle e a dominação sobre homens e coisas: a população, o território e os recursos” (Raffestin, 1993, 58).

Nessa lógica, as relações de poder são intencionais e visam determinados objetivos, sejam de controle de alguns recursos naturais e sociais, sejam de controle de parcelas da população, sendo esses elementos imbricados no território que, por isso, é sempre encarado como um trunfo. Toda relação de poder coisifica o ser humano, ou seja, ele é o que tem ou o que não tem, o que virá a ter ou não. Por isso as relações de poder sempre se manifestam na sociedade, de formas conflituosas ou não, tendo em vista que podem definir a alocação de recursos no território em prol de determinados grupos sociais.

Portanto, compreender as emancipações municipais na perspectiva das estratégias eleitorais é desvendar os interesses de atores e grupos políticos que têm, em suas ações, intenções de retorno pessoal, ou seja, receber os votos das populações diretamente envolvidas e interessadas no desmembramento político-administrativo.

Cigolini (2017), em trabalho recente, identificou as principais motivações que levaram distritos a buscar emancipações municipais no Brasil após a Constituição Federal de 1988, embasado na literatura publicada em artigos, teses e dissertações. Entre as principais causas estão a extensão territorial do município de origem, o abandono do Estado, as estratégias de desenvolvimento e a formação de elites locais.

Dessa forma, a conformação de elites locais, a partir de interesses em cargos de vereadores e prefeitos, figura como uma das principais causas das emancipações municipais no Brasil e reforça a visão de estratégia eleitoral de grupos pró-emancipação municipal. Em âmbito regional, o mesmo ocorre, pois todo processo emancipacionista é apresentado à Assembleia Legislativa por um deputado estadual, muitas vezes com identidade política na região. Muitas populações locais interessadas na emancipação municipal são vistas por esses atores regionais como um trunfo, na medida em que o discurso de emancipação pode ser revertido em recurso político: o voto.

O recorte desta análise é o Centro-Sul do Paraná, região do estado que mais criou municípios entre 1988 e 1996. Dos 29 municípios que compõem a região, 17 foram criados nesse período, abrindo um leque necessário de investigações científicas tanto sobre os interesses políticos como sobre os impactos territoriais contemporâneos atrelados às emancipações municipais¹.

A construção do trabalho ocorreu em três etapas. Primeiro, o território como trunfo é apresentado na introdução a fim de embasar o conceito na perspectiva das estratégias eleitorais imbricadas em processos emancipatórios. Em um segundo momento, apresentam-se os dados documentais coletados em publicações do jornal *Esquema Oeste*, entre 1990 e 1997, disponíveis para consulta no Acervo Histórico da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Os conflitos pró-emancipação municipal expostos na mídia da época foram relacionados aos dados obtidos nos projetos emancipacionistas e nos resultados eleitorais para deputados estaduais consultados na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

Foi possível, assim, traçar estratégias eleitorais relacionadas aos movimentos pró-emancipação municipal da época, baseados em discursos políticos em torno do desenvolvimento regional, que culminaram em maior percentual de votos para os candidatos a deputado estadual que estavam à frente desses projetos.

1. Os resultados que compõem este artigo fazem parte da dissertação de mestrado *Espaços de participação em municípios emancipados no Centro-Sul do Paraná* (Zinke, 2019), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste e concluída em 2019.

Cabe destacar, ainda, a permanência de alguns desses políticos no cenário atual.

O Centro-Sul do Paraná: conflitos e interesses na criação de municípios

Ao longo da década de 1990, o Centro-Sul do Paraná criou 17 novos municípios, ou seja, mais da metade dos municípios atuais da mesorregião. Os processos emancipatórios foram marcados por relações de interesses de diversos grupos políticos, econômicos e sociais. Desta forma, procuramos nos atentar aos diferentes contextos e posições em relação às emancipações que, de acordo com o material encontrado, demonstram que a criação de novos municípios se concretizou em um contexto de conflitos e interesses políticos e sociais.

Descreve-se, a partir daqui, um pouco sobre cada uma das reportagens encontradas no acervo do jornal *Esquema Oeste*. Esse jornal foi publicado durante muitos anos no município de Guarapuava e, durante a década de 1990, registrou informações sobre as emancipações, em especial dos municípios que se desmembraram de Guarapuava, mas que se assemelham muito aos demais municípios emancipados na região no que diz respeito à extensão territorial, população e dinâmica econômica.

Faz-se importante destacar, ainda, o cunho ideológico do jornal, que muitas vezes se opunha aos políticos que estavam à frente de processos emancipatórios. Mas, de toda forma, muitas das publicações retratam relações de poder importantes para compreender as emancipações municipais no Centro-Sul do Paraná ao longo da década de 1990.

A primeira notícia, em destaque, é intitulada “Emancipações”, e logo abaixo, na janela do texto, lê-se: “O bom senso está a indicar que cada projeto de emancipação deve ser analisado segundo as suas particularidades”. Esta foi publicada em outubro de 1993 e tem como base os processos emancipatórios de Cândói, Palmeirinha e Campina do Simão (Figura 1).

Figura 1 – Reportagem “Emancipações”



Fonte: Jornal Esquema Oeste (Arquivo Histórico Unicentro).

Figura 2 – Reportagem “Emancipações fortalecem Guarapuava”



Fonte: Jornal Esquema Oeste (Arquivo Histórico Unicentro).

Com base na Figura 1, cabe-nos destacar alguns elementos importantes na compreensão sobre as emancipações: “De um lado, é preciso convir que Guarapuava não pode permanecer eternamente como maior município do sul do Brasil, em extensão territorial. [...] De outro lado, o bom senso está a indicar que cada projeto de emancipação deve ser analisado segundo as suas peculiaridades”.

Assim, ao abordar os processos emancipatórios de Campina do Simão, Cândói e Palmeirinha, a notícia salienta ser pouco provável que Guarapuava permaneça eternamente com tamanha extensão territorial, mas destaca que cada projeto deve ser analisado como um caso específico. O desmembramento de Cândói foi visto como algo positivo para Guarapuava, uma vez que a distância do distrito “inviabilizava uma presença efetiva da administração nos fundos do seu vasto território, tornando-se difícil até mesmo o atendimento

de necessidades básicas, como educação, saúde e manutenção de estradas” (Figura 1).

Tal afirmação foi realizada em comparação com os municípios de Cantagalo e Turvo, que já haviam sidos desmembrados de Guarapuava anos antes e, assim, conseguiram trabalhar de forma mais efetiva e próxima dos cidadãos, demonstrando a ausência do município-mãe como um dos fatores das emancipações nessa região.

Já no caso de Palmeirinha, que não chegou a se emancipar de Guarapuava, não houve interesse da sede no processo emancipatório, uma vez que este implicaria a perda de uma grande extensão do território e também de indústrias importantes para Guarapuava. Por sua vez, a emancipação de Campina do Simão foi retratada como positiva, uma vez que este território era muito distante de Guarapuava e a emancipação promoveria melhores cuidados nos serviços básicos e essenciais.

A perda de receitas é abordada como algo preocupante para Guarapuava, uma vez que os desmembramentos significariam perda de população e, assim, diminuição das receitas. Apesar disso, a emancipação significaria para Guarapuava “se livrar de pesados encargos” (Figura 1), ou seja, gastos e problemas com os distritos distantes.

Com isso, nota-se prós e contras dos processos emancipatórios. Ora foram compreendidos como positivos, na medida em que promoveriam aproximação entre administração pública e população, ora como negativos, por resultarem em perda de elementos importantes para o município-mãe.

A reportagem da Figura 2, intitulada “Emancipações fortalecem Guarapuava”, foi publicada pelo *Esquema Oeste* em outubro de 1993, uma semana após a notícia da Figura 1, e analisa as emancipações de Campina do Simão e Palmeirinha sob a perspectiva de Cezar Silvestri. De acordo com o então deputado, a proposta de criação dos municípios de Campina do Simão e Palmeirinha proporcionaria melhores condições para o desenvolvimento regional, contribuindo para “fortalecer Guarapuava como polo econômico” (Figura 2).

Com relação à perda de receitas, o deputado defendeu que Guarapuava manteria sua participação no Fundo de Participação Municipal (FPM), porque a perda de população não é suficiente para alterar o índice do município. Em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o deputado salientou para o jornal que “há estudos indicando que a queda de arrecadação seria

de apenas de 3% no conjunto do orçamento municipal” (Figura 2), isto porque apenas duas indústrias estavam instaladas nos então distritos de Guarapuava.

Além disso, a notícia destaca como outro ponto favorável “que as emancipações permitirão o melhor desenvolvimento da Palmeirinha e da Campina do Simão, como aconteceu recentemente com o Candói, e Guarapuava continuará como cidade polo e centro comercial” (Figura 2).

Por meio dos trechos destacados percebe-se que, como um dos atores da emancipação de municípios em Guarapuava, o então deputado Cezar Silvestri posicionou-se a favor das emancipações municipais, alegando que estas fortaleceriam o município de Guarapuava, que passaria a ser um polo econômico na região. Pode-se afirmar que a posição favorável em relação às emancipações também se norteou por interesses eleitorais, uma vez que estas “foram um compromisso assumido desde 1988, quando o deputado Cezar Silvestri concorria às eleições como vice-prefeito de Fernando Carli”.

Figura 3 – Reportagem “Em nome do atraso”

CAMINHANDO 7/7

LEONEL JULIO FARAH

Em nome do atraso

Em 1988, quando candidato a prefeito de Guarapuava, o renovador Fernando Ribas Carli era a favor da emancipação da Palmeirinha. Em 1989, depois que levou os votos do povo da Palmeirinha, ficou contra — e até entrou a justiça para impedir que o distrito se separasse.

Em 1990, quando apoiou Cezar Silvestri e Elton Dalla Vecchia nas eleições parlamentares, Fernando Ribas Carli foi a favor da emancipação da Palmeirinha. Em 1991, quando Ribas Carli foi a favor da emancipação da Palmeirinha, ficou contra — e até entrou a justiça para impedir que o distrito se separasse.

Em 1992, quando Cezar Franco foi candidato a prefeito, ele e Fernando Ribas Carli armaram um palanque no centro da Palmeirinha para promover todo apoio ao distrito e dizer que não existiam embaraços ao projeto de emancipação, desde fosse essa a vontade do povo palmeirinhense. Em 1993, depois que a Palmeirinha ganhou os votos em Cesar Franco, mudou de ideia outra vez.

Em 1994, quando Fernando Ribas Carli foi a favor da emancipação, sempre foi a favor da emancipação. Nos anos seguintes, sempre foi a favor da emancipação. Nas eleições, beicinhos e afagos nos eleito-

res. No ano seguinte, Fernando Ribas Carli candidatou-se a deputado federal, transmitiu na Assembleia Legislativa um projeto de deputado Cezar Silvestri pelo qual o município da Palmeirinha seria criado conforme os limites até então aceitos por Carli e seus nove primos.

Passa a surpresa geral, o chefe dessa vez não mudou de ideia. Continuou contra a emancipação, mesmo sendo um ano depois que se explicita por uma questão de estratégia. Como Silvestri era a favor, e porque agora estavam rompidos, Carli achou que seria um golpe de inteligência ficar contra. Seu plano era prejudicar os eleitores de Guarapuava contra Silvestri, enfraquecendo sua candidatura a reeleição e colocando-o em favor do primo Meschao Boese, também candidato.

Com essa ideia, a República dos Primos chegou a patrocinar a tiragem de 40 mil exemplares de um jornal de propaganda para o distrito estadual. Com essa ideia, a República dos Primos chegou a patrocinar a tiragem de 40 mil exemplares de um jornal de propaganda para o distrito estadual.

Com essa ideia, a República dos Primos chegou a patrocinar a tiragem de 40 mil exemplares de um jornal de propaganda para o distrito estadual.

Impediu a emancipação da Palmeirinha a ideia satelizada.

ria) A matéria principal era uma ampla reportagem, com chamada de 1ª Página em letras garrafais, acusando Cezar Silvestri de conspirar contra os interesses de Guarapuava, por propor a divisão do seu território.

Perguntado se essa manobra não lhe custara a oposição da Palmeirinha, Fernando Ribas Carli disse: “Eu não preciso dos votos da Palmeirinha”. Nos seus cálculos, o primeiro-deputado a ser eleito em Guarapuava federal só com os votos de Guarapuava. Além disso, ele tinha armado esquema em dezasseis outros municípios, pretendendo ficar entre os mais votados do Estado. Acabou longe disso, e até levou um susto durante a apuração, mas realmente os votos que perdeu na Palmeirinha não lhe fizeram falta.

Agora, na semana passada, Fernando Carli e Cesar Franco voltaram a recorrer ao Judiciário para impedir que a Palmeirinha se emancipasse. Consequente, o cancelamento do plebiscito marcado para o dia 10, adiando o projeto indefinidamente. Se tram contra o desmembramento, Carli e Franco po-

Fonte: Jornal Esquema Oeste (Arquivo Histórico Unicentro).

O texto da Figura 3 aborda ainda o distrito de Palmeirinha no período em que pleiteou um processo emancipatório que não chegou a se efetivar. Publicada em 1994, a reportagem faz uma contextualização dos interesses eleitorais que perpassaram os discursos da emancipação desde 1988, ano de eleições para prefeito. Logo de início a reportagem traz: “Em 1988, quando candidato a prefeito de Guarapuava, o renovador Fernando Ribas Carli era a favor da emancipação da Palmeirinha. Em 1989, quando levou os votos do povo da Palmeirinha, ficou contra – e até entrou na justiça para impedir que o distrito se separasse” (Figura 3).

Ainda é destacado que em 1990 Fernando Carli voltou a apoiar a emancipação do distrito em virtude da candidatura de Cezar Silvestri e Élio Dalla Vecchia ao cargo de deputado. Assim, “Ribas Carli foi à Palmeirinha dizer que não era contra a emancipação, mas contra o projeto apresentado” (Figura 3). Todavia, já em 1991, voltou a sufocar o movimento emancipatório do distrito; mas, em 1992, quando Cezar Silvestri candidatou-se a prefeito, “ele e Fernando Carli armaram um palanque no centro da Palmeirinha para prometer todo apoio ao distrito e dizer que não criariam embaraços ao projeto de emancipação, desde que fosse essa a vontade do povo palmeirinhense” (Figura 3).

Ainda sobre o caso de Palmeirinha, pode-se dizer que em anos pares os atores políticos de Guarapuava foram a favor do desmembramento do distrito como forma de obter votos da população que ansiava pela emancipação. Já em anos ímpares, voltavam-se contra o projeto. Como expressa a reportagem da Figura 3, “nas eleições, beijinhos e afagos nos eleitores. No ano seguinte, ferro neles”.

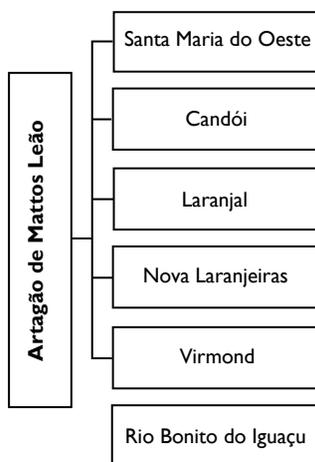
O título da reportagem de Leonel Julio Farah, “Em nome do atraso”, justifica-se pela reflexão final realizada no texto, quando este destaca que anos atrás o território de Guarapuava espalhava-se por parte da região Oeste, Sudoeste e Centro-Sul do estado. Anos mais tarde, emanciparam-se desse território municípios como Foz do Iguaçu, Cascavel, Pato Branco e inúmeros outros, que apenas desenvolveram-se já na condição de municípios.

O autor da reportagem afirma que, “se a evolução da história dependesse de mentalidades como essa que agora revelam Fernando Carli e Cezar Franco, o território original de Guarapuava ainda estaria intacto. E o nosso prefeito seria o cacique Guairacá, com seu famoso grito de guerra: ‘Esta terra tem dono’”.

O vai e volta de discursos políticos em torno dos processos emancipatórios demonstra muito bem os interesses eleitorais que permeiam as emancipações municipais. O caso averiguado limita-se ao distrito de Palmeirinha, mas tal interesse já pôde ser observado em trabalhos outros, como os de Cigolini (1999) e Zorzanello (2015).

Assim, como forma de melhor compreendermos os interesses eleitorais em torno dos processos emancipatórios, apresentamos, de forma esquematizada, os deputados autores dos Projetos de Lei para a emancipação de 17 municípios no Centro-Sul do Paraná, comparando-os com os resultados eleitorais obtidos junto ao TRE-PR.

Figura 4 – Municípios criados pelo ex-deputado Artagão de Mattos Leão



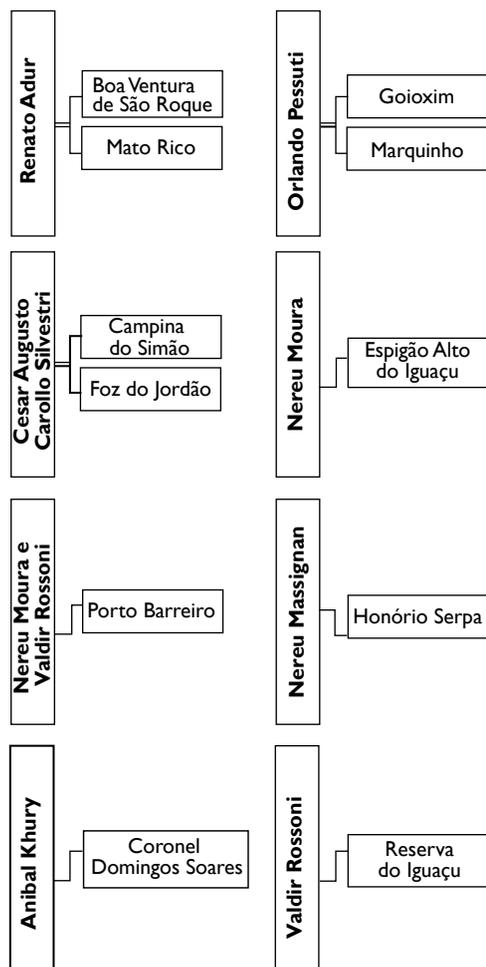
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Alep e questionários (2020).

Com base no organograma (Figura 4), dos 17 municípios criados no Centro-Sul do Paraná, o ex-deputado Artagão de Mattos Leão foi responsável pela autoria de seis Projetos de Lei, emancipando os municípios de Santa Maria do Oeste, Candói, Laranjal, Nova Laranjeiras, Virmond e Rio Bonito do Iguaçu.

Com base nos dados disponibilizados pelo TRE-PR (Paraná, 2018), nas eleições de 1990 o então deputado Artagão de Mattos Leão reelegeu-se como deputado estadual com 28.381 votos. Nos municípios a que pertenciam os então distritos, o candidato eleito obteve 11.492 votos, distribuídos da seguinte forma: 7.311 em Guarapuava, 1.543 em Pitanga, 1.018 em Palmital, e 1.620 votos

em Laranjeiras do Sul, sendo um dos candidatos mais votados nos municípios citados (Paraná, 2018).

Figura 5 – Municípios criados no Centro-Sul pelos demais deputados



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Alep e questionários (2020).

Na Figura 5 apresentam-se os municípios emancipados no Centro-Sul com Projeto de Lei de autoria dos seguintes deputados: Renato Adur, Cesar Silvestri, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Nereu Massignan, Anibal Khury e Valdir Rossoni. Nas eleições de 1990, Nereu Massignan obteve um total de 6.787 votos em Manguairinha, município ao qual pertencia Honório Serpa.

Já Renato Adur² elegeu-se como deputado estadual com 18.038 votos, sendo 8.008 destes obtidos em Pitanga, município ao qual pertencia Mato Rico. Nereu Moura foi o terceiro deputado mais votado em Quedas do Iguaçu, de onde desmembrou-se Espigão Alto do Iguaçu. Dos 12.045 votos obtidos pelo ex-deputado, 947 foram naquela cidade.

Nas eleições de 1994, tomamos para análise os candidatos a deputado estadual Renato Adur (PMDB), Cezar Silvestri (PSBD), Anibal Khury (PTB), Orlando Pessuti (PMDB), Nereu Moura (PMDB) e Valdir Rossoni (PDT), autores dos Projetos de Lei para emancipação de Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Coronel Domingos Soares, Marquinho, Goioxim e Porto Barreiro, respectivamente.

O candidato Renato Adur recebeu 8.480 votos no município de Pitanga, ao qual pertencia Boa Ventura de São Roque, mas que já pleiteava seu processo emancipatório junto à Alep. Renato Adur foi o deputado mais votado no município, e em segundo lugar apareceu Orlando Pessuti, com 246 votos. A disparidade entre os resultados comparados evidencia ainda mais o destaque do candidato Renato Adur, que recebeu significativa votação no município ao qual pertencia o distrito posteriormente emancipado.

Cezar Augusto Carollo Silvestri obteve 13.387 votos no município ao qual pertencia Campina do Simão. Já Anibal Khury recebeu apenas 186 votos em Palmas, de onde se emancipou Coronel Domingos Soares. A diferença de votos pode ser explicada pelo fato de que o candidato Cezar Silvestre é natural de Guarapuava e já possuía uma “vida política” bem constituída na região.

No caso de Orlando Pessuti, este foi o candidato mais votado em Cantagalo, de onde se desmembraram Goioxim e Marquinho. Pessuti obteve um total de 1.815 votos, e em segundo lugar apareceu Reny Borsatto, com 480 votos. Nereu Moura e Valdir Rossoni, autores do projeto de emancipação de Porto Barreiro, obtiveram respectivamente 282 e 1 votos em Laranjeiras do Sul.

Desta forma, com base nos dados disponibilizados e destacados até aqui, é possível perceber que muitos dos deputados autores de Projetos de Lei para emancipação conseguiram reeleger-se ao cargo, obtendo parcelas significativas de votos nos municípios

2. Destaca-se que o TRE-PR não disponibilizou os partidos políticos dos candidatos nas eleições de 1990.

onde pleiteavam emancipação político-administrativa de distritos. Em menor quantidade, houve casos em que os candidatos autores de Projetos de Lei receberam poucos votos, como Nereu Massignan, em Mangueirinha, e Valdir Rossoni em Laranjeiras do Sul. Mas em outros casos, como os de Artagão de Mattos Leão e Renato Adur, os interesses eleitorais aparecem de forma nítida nos resultados das eleições.

Nos pleitos de 1998, averiguou-se que muitos desses deputados candidataram-se novamente ao cargo. Via de regra, foi possível observar que em alguns municípios emancipados os deputados responsáveis pela emancipação apareceram entre os mais votados, mas em outros o mesmo não ocorreu.

Em dez dos dezessete municípios emancipados, o candidato Cezar Augusto Carollo Silvestre (PTB) apareceu entre os três mais votados, sendo que em seis destes ele apareceu em primeiro lugar no ranking dos votos. Assim, mesmo sendo autor do projeto de emancipação de apenas dois municípios, é nítida a votação “regional” obtida pelo candidato, que é natural de Guarapuava e pertence a uma das famílias tradicionais na política do município.

Em Espigão Alto do Iguaçu, o candidato e autor do Projeto de Lei Nereu Moura (PMDB) apareceu como o segundo mais votado. O mesmo ocorreu com Anibal Khury (PTB) em Coronel Domingos Soares e Orlando Pessuti (PMDB), que ficou em segundo lugar no número de votos em Marquinho, e 12º em Goioxim.

Por meio dessa abordagem, foi possível constatar que os interesses eleitorais se mostraram muito claros em grande parte dos municípios, principalmente quando tomamos como referência as eleições de 1990 e 1994, período em que parte destes se encontrava com o processo emancipatório em andamento. Porém, em 1998 os resultados vincularam-se mais a candidatos com forte influência regional, como no caso de Cezar Augusto Carollo Silvestri. Desta forma:

Os processos de emancipação funcionam como campo de força política que, em muitos casos, se sobressaem interesses ideológicos de acordo com o interesse dos agentes de angariar para si aquilo que mais lhe favorece. Como são interesses conflitantes e divergentes é importante assegurar que no caso das emancipações, são os representantes locais do distrito, os representantes da sede municipal, os representantes do legislativo estadual e do executivo estadual que promovem as

articulações políticas necessárias, favoráveis e desfavoráveis de acordo com seus interesses. (Souza, 2015, 133)

A partir dos dados apresentados, reforçamos o território como oportunidade e trunfo para os grupos políticos. Apesar disso, as reportagens publicadas no jornal *Esquema Oeste* vislumbram um cenário conflituoso: os interesses foram múltiplos e, por isso, uma abordagem unilateral do território não nos leva a generalizar a temática em escalas maiores, mesmo que a formação de elites locais e regionais já tenha sido observada em trabalhos como os de Cigolini (1999), Zorzanello (2015) e Souza (2015).

Obviamente, não coube aqui abordar os trâmites legais e jurídicos ligados às emancipações municipais, mas sim trazer a estratégia eleitoral observada em discursos políticos. As relações de poder expressas em reportagens, e depois constatadas por meio dos dados do TRE-PR, demonstram diferentes formas de poder impostas no território.

Estas análises vão ao encontro de Bobbio (2005), que divide o poder em três categorias, sendo elas o *político*, o *econômico* e o *ideológico*. Apesar de separado em termos conceituais para facilitar análises científicas, o poder deve ser pensado de maneira unificada, uma vez que em muitos casos estes atuam de forma entrelaçada na busca por determinados interesses e objetivos.

Raffestin (1993, 53) acrescenta que “o poder mais perigoso é aquele que não se vê”, ou seja, aquele exercido de forma silenciosa e muitas vezes por meio de instituições do Estado, ou pelo próprio sistema que o compõe. No caso das emancipações municipais, percebemos as três categorias de poder citadas por Bobbio (2005). O poder político foi expresso de forma regional pelos deputados que visavam sua reeleição e utilizaram a população como recurso, a partir do voto.

Os recursos do território, como as indústrias e os recursos federais e estaduais, são observados como parte do poder econômico. Já o poder ideológico apareceu nos discursos pró e contra as emancipações municipais, e foram também revertidos em benefícios eleitorais, como observado no caso de Cezar Silvestri, cuja família detém forte influência regional até os dias atuais.

Considerações finais

Tecendo considerações sobre as estratégias eleitorais vinculadas à criação de municípios, é possível destacar pontos norteadores nesta discussão. O primeiro deles é a criação de municípios como relação entre sociedade e território (Cigolini, 2009), onde diversos interesses sempre estão sobrepostos. Portanto, interesses sociais, econômicos, políticos e culturais sobrepõem-se e, por isso, a abordagem da temática sempre deve ocorrer de forma relacional.

O território como trunfo e oportunidade é o segundo destaque. Se por um lado a criação de um novo território jurídico é vista como oportunidade de desenvolvimento socioterritorial, por outro, é recurso eleitoral. As populações envolvidas, especialmente dos distritos pró-emancipação, sentem-se representadas nos discursos políticos diante do abandono do Estado (município-mãe) e apoiam os políticos/candidatos envolvidos na emancipação municipal.

Por fim, destacamos que o artigo, de forma alguma, propõe uma visão unicamente eleitoral da criação de novos municípios, mas chama a atenção para os discursos políticos que enxergam o território como um trunfo. Da mesma forma, diversas são as possibilidades para investigar a criação de municípios, no tempo e no espaço, e corroborar uma discussão que, desde 2016, tem retornado ao cenário nacional a partir do *Estudo de viabilidade municipal* do TCE-PR (Fernandes *et al.*, 2015) e da Proposta de Emenda à Constituição 188/2019 (Brasil, 2019), do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que propõe a fusão de municípios com população inferior a 5 mil habitantes.

Referências

- BOBBIO, N. (2005). *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra.
- BRASIL. (2019). Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019*. Disponível em: <https://bit.ly/2MABdBg>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- CIGOLINI, A. A. (1999). *A fragmentação do território em unidades político-administrativas: uma análise da criação de municípios no estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- _____. (2009). *Território e criação de municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- _____. (2017). Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil. *Revista de Estudos Brasileños*, vol. 4, n. 6, p. 95-107.
- FERNANDES, A. L. *et al.* (2015). *Estudo de viabilidade municipal*. Curitiba: TCE-PR.
- GOTTMANN, J. (1973). *The significance of territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. (2007). O território em tempos de globalização. *etc..., espaço, tempo e crítica*, vol. 1, n. 2, p. 39-52.
- PARANÁ. (2018). Tribunal Regional Eleitoral. *Consulta das eleições: década de 1990*. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- SOUZA, R. A. (2015). *Análise das estratégias para emancipação municipal: um estudo comparado entre distritos emancipados e não emancipados*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ZINKE, I. A. (2019). *Espaços de participação em municípios emancipados no Centro-Sul do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.
- ZORZANELLO, L. B. (2015). *Território e justiça espacial: Goioxim e Marquinho e o processo de emancipação político-administrativo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.